

---

# EXÉRCITO ZAPATISTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL E CAMPESINATO CHIAPANECO

---

**Diego Marques Pereira  
dos Anjos\***

O Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) é um dos grupos políticos mais conhecidos na atualidade, desde janeiro de 1994 suas concepções e táticas políticas influenciaram e foram influenciadas na atual dinâmica da luta de classes. Nesse sentido, dentre as inúmeras peculiaridades deste movimento uma é especialmente alvo de inúmeras polêmicas, justamente a de qual seria o grupo social por detrás deste grupo político. Aqui devemos ter a justa compreensão política da profundidade dos debates, na medida em que o aparecimento deste grupo se dá justamente num momento em que se qualificava como fim da luta de classes, luta por políticas identitárias, o chamado microrreformismo, etc. Nosso objetivo aqui é o de destrinchar qual é a base social de sustentação desse grupo político, isto é, quem atua dentro do EZLN e quais as características das comunidades de Chiapas onde este grupo se movimenta.

## **Os camponeses de Chiapas**

O EZLN está entrincheirado nas montanhas do sudeste Mexicano, no estado de Chiapas. O histórico dessa região é marcado por intensos conflitos desde a época colonial, sendo este estado o último a se inserir na federação mexicana. A colonização de Chiapas foi feita através das *encomiendas*, onde os agraciados com as “mercês reais” tinham a seu dispor enormes extensões de terra e agregado a elas todos os nativos que conseguisse catequizar (HILSENBECK), tal situação marcará de forma profunda esta sociedade e até a atualidade deixará seus vestígios. Os principais vestígios são a concentração de terras para produção agrícola e pecuária e uma herança cultural marcada pelas tradições dos grupos étnicos nativos, os indígenas; essas são algumas das principais especificidades da região de Chiapas.

---

\* Professor da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Psicanalista; Doutor em Sociologia (UFG) e Mestre em História (UFG), especialista em juventude (FAJE-MG), Bacharel e Licenciado em História (PUC-GO).



Anterior à formação do EZLN (com elaboração de suas concepções e práticas políticas) há a existência de relações sociais marcadas pelo conflito de classes, na verdade tal situação marca a possibilidade de existência do EZLN, embora seja negada ou secundarizada por muitos analistas desse movimento. Tais análises são marcadas principalmente pelo reducionismo cultural ou porque se baseiam na simples descrição empírica, factual ou reprodução dos relatos dos agentes envolvidos no conflito (EZLN, estado mexicano, capital agrícola, etc).

Em texto anterior, “Pequena crítica a um grande prejuízo: totalidade e classe social contra reducionismo cultural nas análises do ezln”, já demonstrávamos os limites da análise culturalista, que analisa o EZLN por si, desconectado das complexas relações sociais em que está inserido; tal interpretação é amplamente encontrada no trabalho de Di Felice que vê no “ser indígena” das comunidades do EZLN uma

Uma organização anômala no interior do cenário político mundial. A utilização das categorias políticas europeias e das ideologias que marcaram a conflitualidade social na época moderna, também na América latina, resultam, portanto, insuficientes para compreender tal movimento, seu impacto e seu significado no novo cenário político pós-guerra-fria (Di Felice, 2002, pg. 30).

Também é notável a quantidade de análises que se prestam a reproduzir as mensagens dos agentes envolvidos no conflito. Tal problemática não se encontra somente nos ideólogos à serviço das classes dominantes, como no caso do prêmio Nobel Octávio Paz que criticou o levante do EZLN reproduzindo as afirmações governamentais de que seriam grupos controlados por profissionais da revolução armados de arcaicas utopias; também encontramos tal reprodução na maioria dos intelectuais que se voltam sobre esse tema e que possuem alguma afinidade com o grupo. O que caracteriza tais autores é a inexistência de uma reflexão sobre as categorias e afirmações do EZLN, aceitando e reproduzindo o que é passado pelos porta-vozes do grupo, um clássico exemplo (para citarmos os relatos mais conhecidos veja Emílio Genari, Guilherme Gitahy, Ana Esther Ceceña, e em certa medida John Holloway, embora com um pouco mais de “refinamento” nas suas afirmações, etc) é a afirmação de Miralles sobre as origens e o conteúdo do EZLN “De esta manera empieza a darse aquel choque cultural que creó el zapatismo tal como se presentó en 1994. Se trata todavía de una visión del socialismo enriquecida por elementos, más que propiamente indígenas, humanitarios” (MIRALLES, 2004, p. 32); ou seja, é perceptível a reprodução a-crítica das afirmações do grupo político sobre suas origens, uma miscelânea entre a proposta socialista e as práticas indígenas, que serve para seduzir uma infinidade de jovens e grupos ao redor do mundo que por sua vez também

passam a reproduzir acriticamente o que entendem como as nova formas de lutas na atualidade.

Não pretendemos seguir tais metodologias, pois acreditamos ser mais condizente com a realidade partirmos dos sujeitos reais, concretos em suas relações sociais e a partir de então utilizarmos de alguns recursos heurísticos para análise dessa realidade. Por outro lado, se a produção teórica é um momento da própria prática, que a influencia e por ela é influenciada, acreditamos ser necessária a “crítica desapiedada do real” que reproduz na teoria a realidade para melhor compreender a prática social e a luta.

As relações de produção no campo mexicano relacionam três classes sociais: de um lado há a intensificação da concentração de capitais no campo, acompanhada por um processo de formação de proletários rurais, lhes retirando sua anterior caracterização como camponeses. Nesse sentido podemos afirmar a existência de dois modos de produção nessa região, o modo de produção capitalista (dominante) e um modo de produção camponês (subordinado).

No que se refere ao modo de produção capitalista no campo este se caracteriza pela crescente concentração de capitais agrícolas (terras, capitais, etc) e pela utilização de mão de obra assalariada. Roger Bartra define bem a situação no campo mexicano:

“La empresa agrícola capitalista forma parte de un modo de producción clasista, que opone antagónicamente la burguesía agraria al proletariado rural. Los mecanismos de explotación no difieren de los que son peculiares a todo sistema capitalista: la plusvalía. Sin embargo, el sector capitalista em la agricultura mexicana tiene características especiales, que provienen de su atraso tecnológico, el bajo nivel de capitalización y su dependencia con respecto a los mercados internacionales” (BARTRA, 1975, p. 23)

Tal processo de concentração de capitais e de aumento da exploração dos trabalhadores do campo é uma realidade com a qual cotidianamente se deparam as comunidades camponesas na região de Chiapas. Tal processo ocorre na atualidade de forma diferenciada dos momentos iniciais de instauração de relações de produção capitalistas no campo mexicano. Num primeiro momento vemos a formação de uma vasta classe de camponeses, que produzindo a partir das relações dentro dos ejidos se constituíram num importante instrumento para o desenvolvimento do capitalismo no México, no sentido de possibilitar a formação de um mercado consumidor interno (venda de produtos agrícolas e compra de produtos industrializados) e de produção para o mercado externo (GUTIÉRREZ, 1975, p. 65). Mas não devemos nos deter nesse momento, pois falar em classe social está para além de sua participação no mercado, trata-se de descobrir quais as relações de produção que engendram essa classe social.

## O campesinato como classe social subordinada

Em “Marx e o modo de produção camponês” Nildo Viana desenvolve as concepções de Marx a respeito do conteúdo desse específico modo de produção. Para Viana, Marx disponibiliza alguns recursos teóricos que nos permite elaborar as determinações do modo de produção camponês; primeiramente, se faz necessário localizá-lo historicamente, e entendermos que tal modo de produção é produzido e ao mesmo tempo subordinado pelo modo de produção capitalista. O definimento do camponês “aldeão” ou “parcelar” ante o desenvolvimento das relações de produção capitalista significou a emergência das condições de possibilidade do surgimento do modo de produção camponês, segundo Marx o:

Aniquilamento da indústria doméstica rural, que constituía sua complementação normal, devido ao desenvolvimento da grande indústria; paulatino empobrecimento e esgotamento do solo sujeito a esse cultivo; usurpação, por grandes proprietários de terra, da propriedade comunitária, que, por toda a parte, constitui a segunda complementação da economia parcelaria, pois só ela possibilita a criação de gado; concorrência da grande cultura, seja ela do sistema de plantações, seja da exploração capitalista. Melhorias na agricultura que, por um lado, acarretam queda dos preços dos produtos agrícolas e, por outro, exijam maiores gastos e condições materiais de produção mais abundantes, também colaboram para tanto, como ocorreu na primeira metade do século 18 na Inglaterra (MARX apud VIANA, 2009, p. 49/50).

O modo de produção camponês traz consigo os seguintes elementos: isolamento entre os produtores; pequena propriedade; baixo nível de especialização da divisão social do trabalho; escassa diversidade no uso de técnicas; simplicidade das relações sociais; quase autossuficiência das famílias camponesas; maior intensidade de intercâmbio com a natureza do que com o restante da sociedade (VIANA; 2009). Dentro dessas relações de produção duas questões assumem vital importância e dão o caráter de modo de produção subordinado à produção camponesa; estamos falando da questão da propriedade e da quase autossuficiência dos produtores. Formalmente os camponeses são proprietários das terras que cultivam, mas na realidade tal título de propriedade não passa de um “talismã” (como denominou Marx) com o qual os camponeses se agarram na ilusão de uma posição melhor que o proletariado industrial; assim, diversas formas de exploração (hipotecas, usura, impostos) significam que a posse da terra é meramente formal. Outro importante aspecto de subordinação dos camponeses reside em que estes não são totalmente autossuficientes em sua produção, que se caracteriza por ser de cunho mercantil simples, onde os camponeses têm por objetivo a produção de valores de uso, e não de troca como no caso da sociedade capitalista; isto significa que os camponeses não produzem tudo o

que necessitam, daí que produzem certo excedente às suas necessidades (por exemplo, em alimentos), os vendem no mercado e com o dinheiro compram os produtos que faltam à satisfação de suas necessidades (por exemplo, roupas). Mas neste momento surge uma problemática, o surgimento da troca desigual entre os produtos vendidos pelos camponeses e os produtos industrializados que este necessita comprar. Acontece que no sistema de produção mercantil simples somente o excedente é comercializado, ou seja, somente uma parte do que foi produzida tem seu valor determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário e que lhe traz alguma renda, que por sua vez será investida em “custos de produção e meios de consumo” (VIANA, 2009, p. 48), assim os meios de produção adquiridos servem tanto para a produção que será comercializada quanto para o consumo dos produtores, e uma vez que o preço do mercado não equivale ao valor ou preço da produção

“Uma parte do mais-trabalho dos camponeses que trabalham sob as piores condições é dada gratuitamente à sociedade e nem sequer entra na regulação dos preços de produção ou na formação do valor em geral. Esse preço mais baixo é, portanto, um resultado da pobreza dos produtores e, de modo algum, da produtividade do seu trabalho” (MARX apud VIANA, 2009, p. 48).

Juntamente com o processo de endividamento dos produtores camponeses, que com isso buscam aumentar sua produtividade, o mais-trabalho “dado” à sociedade constituem as formas de subordinação do campesinato.

O campesinato mexicano surge com a formação das relações de produção capitalistas no México. A sua formação e desenvolvimento é perpassada por uma multiplicidade de determinações, que relacionadas dão a dinâmica de sua inserção na sociedade mexicana, portanto, não se deve somente falar na função econômica do camponês, ou do seu papel político mas de se compreender como o movimento da luta de classes é perpassado por uma totalidade social que relaciona inúmeras determinações no interior das relações sociais concretas. Se a formação do campesinato mexicano é marcada por uma multiplicidade de determinações isto não significa dizer que não haja uma determinação fundamental, determinação esta que historicamente possibilita a existência dessa classe social. Como vimos, o modo de produção camponês é subordinado ao modo de produção capitalista, que possibilita sua existência, e é no interior dessas relações sociais que devemos encontrar tal determinação fundamental; porém, devido aos limites do trabalho não podemos fazer uma análise pormenorizada do surgimento do modo de produção capitalista no México para a partir de então debruçarmos sobre a formação do modo de produção camponês; assim optamos por demonstrarmos as

necessidades do desenvolvimento capitalista no México que deflagraram o surgimento do campesinato.

Existe no interior da sociedade mexicana um determinado tipo de comunidade – por comunidade entendemos determinada coletividade que possui ligações externas de dependência em relação à uma sociedade (VIANA, 2009, p. 27) que se caracteriza por ser o núcleo da produção camponesa, tais comunidades são denominadas de *ejidales*. As principais definições sobre os ejidos se baseiam na idéia de que tais espaços comunitários se baseiam no caráter coletivo da sua produção, portanto, não estão subordinados à lógica capitalista de produção:

“O ejido é uma forma pré-hispânica de propriedade coletiva da terra ressuscitada pela Revolução Mexicana no artigo 27 da constituição de 1917. O objetivo dos revolucionários era manter a exploração coletiva da terra e sua peculiaridade estava em que os proprietários não podiam alienar nem vender suas propriedades, mas apenas transferi-las como herança” (ZERMEÑO Apud Hilsenbeck , 2007, pg).

Também encontramos algumas definições mais realistas, visto que relacionam a mudança que significa sua utilização generalizada, porém tais definições também não dão conta da totalidade social em que este fenômeno está envolvido, no glossário do livro Chiapas: construindo a esperança encontramos a seguinte definição de ejido: “Conquista da Revolução Mexicana, forma de dotação da terra para evitar tensões sociais agudas, sem que se crie as condições para que os camponeses possam transitar da subsistência precária a uma agricultura comercial, moderna e dinâmica” (ARELLANO; OLIVEIRA, 2002, p. 35).

A partir da definição que demos de camponês, e portanto de seu modo de produção, fica evidente que a sua generalização está relacionada a determinadas condicionantes históricos, o que nas duas definições que apresentamos sobre os ejidos aparece a partir da sua legalização durante a denominada revolução Mexicana, justamente o processo revolucionário que é apontado pela discussão historiográfica como momento crítico na luta de classes para a confirmação das relações de produção capitalistas no México (BARTRA, 1984; PARÉ, 1975); nesse sentido, devemos compreender o surgimento histórico dos ejidos inseridos nesse quadro de generalização das relações de produção capitalistas. Nesse momento surgem algumas questões: quem produz nesses espaços ? A quem serve tal produção?

Embora problemáticas tais definições apresentadas sobre os ejidos apontam as suas principais características: propriedades de terra, concedidas pelo Estado, onde se

exerce a pequena produção de produtos agrícolas; seu caráter de pequena produção se dá pela inexistência de acumulação de capitais, de reinvestimento na produção e principalmente porque se comercializa tão somente o excedente da produção. Complementemos tais afirmações adicionando que na produção dos ejidos quem produz é o proprietário da terra, ou a comunidade que teve acesso a tais terras concedidas pelo estado:

En la pequeña economía campesina el propietario (o usufructuario = ejidatario) es al mismo tiempo quien trabaja la tierra; es decir, que no utiliza fuerza de trabajo contratada, no paga salarios. En este caso, la ganancia (y la renta de la tierra, en caso de haberla) se confunden con el pago a su propio trabajo (BARTRA, 1975, p. 15)

Limitada por essas condições de suas relações de produção encontra-se o ejidatário na necessidade de voltar-se para o mercado capitalista para satisfazer suas necessidades, quer seja de meios de consumo ou meios para produção; tal momento é fundamental para entendermos as condições de existência do campesinato ejidatário nas relações de produção capitalista no México, assim estão dadas as formas de subordinação do camponês à produção capitalista: troca desigual, usura e a exploração dos intermediários na circulação dos produtos. Apesar de conter algumas problemáticas – tais como afirmação da existência de uma acumulação primitiva permanente e de que uma das causas da subordinação do campesinato seja o atraso econômico – a seguinte citação de Bartra nos dá um panorama geral da situação dos camponeses no México:

“El intercambio desigual que impone el mercado capitalista no es la única forma en que el pequeño campesino es explotado; es, probablemente, la forma más “estructural” e inherente al marco del modo de producción capitalista. Paralelamente a estos mecanismos de explotación, y como una típica consecuencia del atraso económico y de lo que hemos llamado una acumulación primitiva permanente, el capital comercial y usurario juega un papel de primera línea en las zonas rurales mexicanas” (BARTRA, 1975, p. 21)

Embora inúmeros estudiosos afirmem o caráter de generalidade dessas relações de produção no campo Mexicano (Bartra; Paré; Gutiérrez; Pilar calvo e Bartra) nos remetendo à especificidade de Chiapas podemos lançar mão de alguns dados que podem confirmar nossas afirmações. No ano de 1994 a participação da produção agrícola de Chiapas no PIB do México foi de 4.35%, ao tempo em que a da capital, tomada como exemplo, foi de somente 0.50%, (Sistema Nacional de Información, Estadística y Geografía). Segundo Morfín “Chiapas posee una extensión territorial de 7 millones 563 mil 440 hectáreas, de las cuales 3 millones 99 mil 172 (40.97 por ciento) se destinan a las

actividades forestales; un millón 402 mil 578 (18.54 por ciento) a las actividades agrícolas, 2 millones 495 mil 595 (32.58 por ciento) a la ganadería y 568 mil 086 (7.51 por ciento) a otras actividades” (MORFÍN, pg. 2). E segundo o Anuário de Chiapas do ano de 1993 (o mais completo resumo estatístico feito no México que inclui as diversas dimensões da sociedade) dos 854 159 mil trabalhadores cadastrados em Chiapas 498 320 mil trabalhavam em ramos do setor primário (agropecuária), ou seja, mais da metade da força de trabalho.

As comunidades ejidais de Chiapas se inserem nessa determinada forma sócio-histórica das relações de produção constituindo uma importante parte da população de Chiapas, conforme aponta Morfín: “*el 65 por ciento de la población tiene una economía de subsistencia que le obliga a emplearse como asalariada en las fincas cafetaleras, bananeras o en otras actividades que le permitan obtener ingresos*” (MORFÍN, 2000, pg. 3/4), isto é, mantém relações de produção tipicamente camponesas, com um alto grau de dependência do mercado capitalista. Arellano faz o seguinte relato da situação em que se encontra as comunidades ejidais de Chiapas, especificamente nas zonas de atuação do EZLN:

Vendem seus produtos por preços mais baixos que o custo real de produção; são mão de obra barata para a agricultura moderna, indústria, comércio e outros serviços; compram bens de consumo a preços mais altos que nas zonas urbanas; pagam altas taxas de interesse ao capital agiota; são explorados e enganados por funcionários públicos e *tinterillos*; e, salvo algumas exceções, sofrem a perda de suas valores e necessidades próprios pela ação das Igrejas católica e protestante (ARELLANO, 2002, p. 25/6).

Estes mecanismos de subordinação do camponês jogam um papel fundamental na relação entre as classes sociais no campo mexicano; se pensarmos na relação de subordinação que o modo de produção camponês se encontra ante o modo de produção capitalista entendemos como o primeiro se constitui, inicialmente, numa espécie de “fundo de reservas” com produtos e mão de obra barata; Porém, a acumulação capitalista é sempre crescente, não pode parar, e tal condição traz consigo uma mudança drástica em relação ao campesinato com o desenvolvimento do capitalismo. Como vimos o camponês comercializa somente o excedente de sua produção e que tal comercialização tem sua dinâmica determinada pela troca desigual, acontece que tal relação não é estática, e ao mesmo tempo em que o mercado capitalista se generaliza por toda a sociedade este cria igualmente a necessidade de manter determinado nível de consumo de produtos que somente podem ser adquiridos no seu interior, ou seja, a subordinação do campesinato é crescente, o que a depender de outros fatores (do estágio da luta de classes, da capacidade



de intervenção do estado na produção, etc) pode levar à transformação do campesinato em proletariado rural, tal como afirma Gutiérrez:

En el caos de la economía mercantil simple del campesino, el deterioro de la relación de intercambio provoca que el campesino para mantener sus niveles de consumo (...) se vea forzado a aumentar los rendimientos de su parcela con el único elemento del que dispone, su propio trabajo, produciéndose un proceso inverso al interior. Al aumentar la intensidad del trabajo sin un alza correlativa de la inversión en medios e producción, la composición orgánica del capital baja, aumentando el tiempo de trabajo, el valor producido y la transferencia de plus-trabajo también, y con el alza progresiva de los precios de los artículos que consume, el campesino va reduciendo simultáneamente sus necesidades hasta el grado en que puede mantener su subsistencia. En el momento en que este umbral se rebasa el campesino abandona la producción agrícola (o la convierte en actividad complementaria), renta la parcela, se dedica a vender su fuerza de trabajo como obrero agrícola, emigra, ingresa al ejército de reserva o a la 'masa marginal' (...) así se constituye en una clase en transición a la proletarianización y la lumpenproletarianización” (Gutiérrez, 1975, p. 68)

E é justamente tal situação, de proletarianização dos camponeses, que vem ocorrendo a algumas décadas com os ejidos da região de Chiapas, marcados por um intenso processo de imigração (à capital do México ou aos EUA, principalmente); de venda esporádica de força de trabalho (ARELLANO, 2002); perda das terras ejidais, notadamente com a alteração do artigo 27 da constituição que vetava a possibilidade de venda dessas terras e avanço do capital transnacional sobre essas terras (CRIHSTLIEB).

### **Formas de manutenção da condição social dos camponeses**

A compreensão da determinada forma sócio-histórica de relações de produção camponesas em que estão inseridas as comunidades de Chiapas nos chama atenção para um fato: em correspondência com essas determinadas formas de relações de produção há uma complexa formação de relações sociais que servem para a reprodução dessas relações de produção. Constituindo-se como determinada forma de relações de produção caracterizadas por relações sociais entre determinadas classes sociais é notável a existência de mecanismos<sup>1</sup> para a reprodução desse quadro social, que complexificado pela divisão social do trabalho cria a possibilidade de existência de grupos, indivíduos, instituições, etc que no interior dessa histórica organização social agem em meio a certas

---

<sup>1</sup> As formas de regularização das relações sociais, segundo Nildo Viana, constituem-se como determinados meios materiais e determinadas relações sociais que servem para a reprodução do modo de produção, inclui em seu interior “o estado e suas instituições, a sociabilidade, as instituições privadas, a cultura em geral” (VIANA, 2007, p. 75)

dimensões da sociedade (política, cultural, ideológica, formação de valores, etc) criadas para sua reprodução.

No que se refere ao denominado campo político há a constituição de uma específica forma de dominação política: o caciquismo (por falta de um aprofundamento sobre o tema utilizamos a expressão tal como ela é utilizada correntemente, inclusive nas produções acadêmicas de cunho sociológica, ciência política, etc; num primeiro momento compreendemos que tal expressão não reproduz a totalidade das relações sociais concretas, na medida em que tal termo possibilita que essa específica forma de dominação é produzida e reproduzida somente por condições das comunidades dominadas, e não esclarece que tal dominação é, principalmente, regulamentada pelo dominador e não por circunstâncias efetivadas pelo grupo dominado). Segundo Paré o termo cacique é de origem autóctone, indígena, deriva da palavra *Kassiquan*, da língua Arawaka de tribos do Caribe, significando “tener o mantener una casa”, (PARÉ, 1975, p. 36) tal termo se referia aos chefes tribais nas Antilhas Maiores, e teria sido apropriado pelos espanhóis para se referirem aos chefes das tribos na América do Sul, Mesoamérica, Filipinas e no sul dos EUA. Desde então este termo vem sendo utilizado para se referir a estes chefes.

A continuidade da relação de dominação marcada pelo caciquismo revela a permanência de resquícios das formas de relações sociais das tribos indígenas. Porém, tal resquício não significa a continuidade das relações sociais das tribos indígenas, mas somente de algumas características, embora tais características possam ser ressaltadas ou renovadas a depender do contexto do desenvolvimento da luta de classes, pois se o caciquismo vem sendo utilizado pelos grupos dominantes, outros resquícios das antigas relações sociais dos indígenas podem ser resgatados, tal como vem acontecendo com as comunidades e com o grupo político do EZLN, se contrapondo à lógica depredadora da natureza realizada pelas indústrias, a disposição de respeito à diversidade (embora tal disposição surja com o próprio processo de luta contra o preconceito étnico que sofrem as comunidades indígenas), etc.

O caciquismo como forma de dominação e reprodução das relações de produção se caracteriza por sua informalidade no exercício da dominação. Seu surgimento, no formato atual, se dá com o processo de reforma agrária, responsável pela formação do campesinato enquanto classe social (Bartra, Paré, Gutiérrez). Os principais instrumentos de controle representam uma forma de domínio informal, são eles: “o compradazgo, amistades, deudas, favores y amenazas” (BARTRA, 1975, p. 29).

Embora seja marcado pela informalidade o caciquismo surge e se desenvolve em relação com os tipos formais de regularização das relações sociais, tais como estado, polícia, burocracia, etc e que relaciona desde cima com estas formas de dominação o controle das comunidades ejidais.

Há inúmeras outras formas de regularização das relações sociais de produção, conformando a multiplicidade de determinações que constituem o processo sócio-histórico de formação da classe camponesa. Entre elas podemos falar da importância ideológica dada às comunidades camponesas no interior da memória coletiva e da identidade nacional mexicana – basta prestarmos atenção dada ao campesinato nas representações dos muralistas mexicanos patrocinadas pelo estado - , pois com a forte participação das massas rurais no processo denominado revolução Mexicana se tornou necessário a domesticação e articulação desse grupo nos discursos do poder; também podemos nos remeter à política indigenista praticada pelo estado mexicano e por seus ideólogos que trataram de criar uma visão imaginária dos indígenas da região do México (culto do índio simbólico) enquanto exploravam e oprimiam os descendentes reais dos índios (MONTEMAYOR).

Por outro lado é importante ressaltar a força da ideologia e de valores socialmente determinados que impõem às comunidades ejidais valores tais como o nacionalismo, culto aos heróis nacionais, principalmente do período da independência e do época da “revolução”; verificamos essa realidade nos nomes dos ejidos, nas festas e feriados e também nos comunicados do EZLN, que afirma sua ligação com a nação e com os heróis nacionais: “Somos os herdeiros dos verdadeiros forjadores de nossa nacionalidade” (1º Declaração da Selva Lacadona): Hidalgo, Morelos, Vicente Guerrero, Villa, Zapata, etc.

### **Conclusões**

Todas as afirmações que fizemos nesse trabalho tomam em conta a historicidade que envolve a formação do campesinato ejidatário enquanto classe social subordinada no modo de produção capitalista existente na sociedade mexicana. Afirmar o processo sócio-histórico de formação dessa classe significa entender que são determinadas relações sociais que criam as possibilidades de existência da classe e ao mesmo tempo que outras relações sociais podem gerar sua dissolução, ou seja, numa sociedade de classes é o desenvolvimento da luta de classes o determinante da ação sócio-histórica. Como classe social subordinada à classe capitalista, dominante, o camponês se encontra no interior de determinadas relações sociais em que este se vê impedido de desenvolver todas suas



possibilidades ao mesmo tempo em que por diversas formas é explorado e oprimido. Nesse sentido, da importância fundamental da historicidade, não podemos concordar com determinadas interpretações que afirmam a incapacidade política do campesinato, que baseando-se numa concepção estática e pré-determinada da luta de classes afirmam que

El campesinado no es capaz de controlar el poder, ni de dirigir una alianza de clases de la que eventualmente forma parte, ni de representarse políticamente por sí solo; ello es así por las peculiaridades del modo de producción em que está inmerso el pequeño campesino, que es explotado como proletario debido a su condición pequeño burguesa (BRATRA, 1975, p. 25)

Igualmente nos é insuficiente a concepção de que o campesinato não pode desenvolver uma consciência de luta e de transformação da sociedade:

(...) este movimento campesino al igual que todas las luchas campesinas, por el carácter mismo de clase que lo sustentó, si no dirección proletaria no entraba em contradicción com los objetivos de un régimen burgués y por lo tanto, podía ser recuperado por éste (PARÉ, 1975, p. 34)

A historicidade da formação do campesinato afirma seu caráter de classe subordinada dentro das relações de produção e formas de regularização social do modo de produção capitalista; portanto, com o desenvolvimento da luta de classes é visível vários questionamentos à ordem capitalista realizados por essa classe social, o que significa que a própria profundidade da crítica depende dos embates realizados entre as classes. A classe social, camponeses, e o grupo político do EZLN são exemplos dessa historicidade: até o momento nenhuma crítica mais contundente às relações de produção capitalista e um projeto alternativo de sociedade foi realizada, o que de forma alguma significa afirmar que inexistem condições de possibilidade para emergência de tal crítica, tal afirmação seria contrária à condição de classe social subordinada em que se encontra o camponês.

### Referências

ARELLANO, Alejandro. *As raíces do fenómeno Chiapas: o já basta da resistência zapatista*. São Paulo: Alfarrabio, 2002.

ARELLANO, Alejandro; OLIVEIRA, Ariovaldo (ORGS). *Chiapas: construindo a esperança*. São Paulo: Paz e Terra, 2002

BARTRA, Roger. *Caciquismo y poder politico em el Mexico rural*. México: siglo veintuno editores sa, 1975.

BARTRA, Roger. *Campesinado y poder político em México*. México: Era, 1984.

BRIGE, Marco; DI FELICE, Massimo (ORGS). VOTÁN-ZAPATA: *A marcha indígena e a sublevação temporária*. São Paulo: Xamã, 2002

CHRISTLIEB, Paulina Fernández – El EZLN y la GBI en Chiapas: derechos indígenas contra corporación transnacional. In: *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales*, nº188-189, Mexico, UNAM, Maio-Dezembro de 2003

GENNARI, Emílio. *EZLN: passos de uma rebeldia*. São Paulo: Expressão Popular, 2005

GITAHY, Guilherme. *A Guerra é o Espetáculo: Origens e Transformações da Estratégia do EZLN*. São Paulo, 2003. Dissertação de mestrado em Ciência Política - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas

GUTIÉRREZ, Jorge. *Caciquismo y poder político em el Mexico rural*. México: siglo veintuno editores sa, 1975.

HILSENBECK, Alexander. *Abaixo e à Esquerda: uma Análise Histórico-Social da Práxis do Exército Zapatista de Libertação Nacional*. São Paulo, 2007, dissertação de mestrado em Ciências Sociais - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Campus de Marília.

MIRALLES, Sigfrido. *Formación del EZLN*. Revista Pegada; vol. 5, 2004.

MONTEMAYOR, Carlos. *Chiapas - La rebelión indígena de México*. México: Editorial Joaquín Mortiz, 1997

MORFÍN, Elizabeth. El capital nacional y extranjero en Chiapas. *Chiapas*, nº 9, México: Era, 2000, México

PARÉ, Luisa. *Caciquismo y poder político em el Mexico rural*. México: Siglo Veintuno, 1975.

VIANA, Nildo. *A consciência da história*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Achiamé, 2007.

VIANA, Nildo. Marx e o Modo de Produção Camponês. In: *Temas de Sociologia Rural*. Minas Gerais: Virtual Books: 2009.

VIANA, Nildo. Raça e Etnia. In: VIANA, Nildo e PEREIRA, Cleito. (Orgs.). *Capitalismo e questão racial*. Rio de Janeiro: Corifeu: 2009.